

Juros levarão a dívida à lua

Márcio Di Pietro

A intervenção do Banco Central norte-americano — o Federal Reserve Board — injetando recursos para salvar o Illinois Continental, oitava maior instituição financeira dos Estados Unidos, rompeu um dos mais fortes tabus ditados pelos bancos daquele país, de que o governo "não se mete" com eles, e serviu para tornar os banqueiros internacionais bem mais maleáveis, quanto às imposições políticas e governamentais que envolvem o tratamento da dívida do Terceiro Mundo.

A afirmação é do professor e diplomata Vilar de Queiroz, para quem existem, hoje, condições objetivas para uma verdadeira renegociação da dívida externa — não apenas quanto aos prazos mas, principalmente, quanto à limitação dos juros, que arriscam aumentá-la em progressão geométrica.

A atitude da oposição era um pouco irresponsável e inconsequente, defendendo a moratória sem conhecimento de causa argumenta Vilar de Queiroz — mas, a negociação da dívida no varejo, como o governo vinha fazendo, também merecidas críticas. Agora, a seu ver por uma feliz coincidência, o governo adquire consciência da necessidade de uma renegociação mais profunda, ao mesmo tempo em que as condições para isso se apresentam.

Principal renegociador da dívida externa nos idos de 1964, Vilar de Queiroz chefiou a assessoria internacional do todo-poderoso ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos, e do todo-poderoso ministro do Planejamento do governo Médici, Delfim Netto.

Jornal de Brasília — O Senhor, que foi um dos grandes renegociadores da dívida externa brasileira, como vê hoje o quadro dessa dívida diante do mundo credor?

Vilar de Queiroz — Eu, hoje, acho que nós já podemos olhar com um certo alívio as perspectivas de renegociação da dívida externa, não apenas do Brasil, mas também de outros devedores importantes. Mas no caso brasileiro, que é o que nos interessa especialmente, há condições objetivas de uma excelente renegociação da nossa pesada dívida externa, de tal forma que possamos atingir aqueles objetivos que são absolutamente necessários e urgentes, quais sejam, aliviar a balança de pagamentos para poder retomar o crescimento econômico do país.

Eu digo que há perspectiva boa, hoje em dia, porque não só o nosso processo de ajustamento interno está se fazendo a duras penas — o Brasil já merece dos credores uma consideração especial, como nós estamos vendo agora que o México está recebendo —, mas também porque há condições externas e há uma compreensão muito maior, hoje em dia, de que as coisas não podem continuar como estão. De modo que eu vejo muito bem. Acho que o governo brasileiro, já no segundo semestre deste ano, poderá conseguir as condições próximas ao ideal para aliviar esse problema da dívida externa, sem o recurso irresponsável da moratória. A renegociação é possível, politicamente possível, mas ela necessita de uma boa firmeza da parte do governo brasileiro.

JBr — No quadro interno, a gente observa transformações importantes. Por exemplo, a Oposição deixou de lado a dívida externa porque parece que a dívida externa já não rende lucros políticos para ela. Como lha essa atitude da oposição e sobretudo o comportamento do governo Figueiredo em relação à dívida externa?

Vilar de Queiroz — Em relação à oposição, acho que ela era um pouco irresponsável e inconsequente, ao pregar apenas o remédio da moratória, porque ela não tinha uma consciência exata do quadro internacional, ela não tem os elementos que permitam averiguar qual é realmente a melhor posição do Brasil. Talvez ela já tenha percebido que as condições objetivas são outras, e é por isso que atenuou a sua discussão sobre o problema da dívida externa. Quanto ao governo, pode-se dizer que também havia críticas fundadas quanto à maneira típica de negociar, quanto à forma pouco orgânica de atacar o problema e havia uma conscientização geral no Brasil de que era preciso uma negociação séria e global da dívida externa, não apenas aquela da mão para a boca, a negociação dos compromissos de 82, a negociação de 83 dos compromissos de 83...

JBr — O varejo da dívida, não é?

Vilar de Queiroz — Exatamente, era preciso você abrir o leque para ter uma perspectiva de médio e longo prazo, sem a qual nós não podemos decidir sobre a estratégia econômica global. Então, eu acho que o Governo também percebeu que isso não pode mais continuar e, por coincidência, enquanto o Governo se conscientiza de que é preciso ainda este ano fazer uma renegociação global, a médio e longo prazo, por coincidência também as condições externas melhoraram. Quer dizer, há uma conscientização muito grande. Havia muita discussão inútil no Brasil, sobre com quem negociar, se uma negociação política com governos, se uma negociação multilateral com outros devedores — clube dos devedores ou qualquer coisa assim — ou uma OPEP dos devedores, ou uma negociação só com os bancos. Então, também isso era um pouco fluido. Hoje em dia se percebe que prevalece a tese de que a negociação tem que ser política. Ela pode ser inclusive multilateral até certo ponto, como vemos a posição agora de quatro países da América Latina ou de 7 países da América Latina que dizem: "Nós estamos afogados, não é possível continuar como está". Quer dizer, há um enfoque político, que pode inclusive ser multilateral, de que é necessário para chamar a consciência os países credores. Houve também, da parte dos países credores, uma conscientização de que a coisa não pode continuar como está, mas o que houve, sobretudo — quer dizer, o fato objetivo que determinou um alerta de ambos os lados, de credores e devedores — foi a



Vilar de Queiroz: o fundamental é negociar os juros

iminência de uma crise financeira internacional, atingindo a estrutura do sistema bancário. Então, essa ameaça, provocada em parte, também, pela não-perspectiva de uma negociação pela Argentina, essa ameaça começando a atingir o próprio sistema bancário, alarmou os dirigentes e os responsáveis dos países credores, governos e bancos, de tal forma que isso aqui é o dado mais objetivo. Quer dizer, hoje em dia, há uma consciência dos governos de que essa coisa não pode ser entregue só a bancos, os bancos são frios.

JBr — A medida em que a economia internacional se fortalece, há uma consciência de que o sistema bancário internacional não é tão forte assim, não é?

Vilar de Queiroz — Não é tão forte. O caso recente do banco Continental Illinois, nos Estados Unidos, em meados de fevereiro, foi muito importante também para mudar esse prisma, porque o fato de que um banco é ameaçado de ir à falência — não apenas por causa da dívida do Terceiro Mundo, mas também por outros motivos internos — o fato de que um banco como o Continental Illinois, 8º banco americano, estava ameaçado de ir à falência e teve o apoio decidido do Banco Central norte-americano, quebrando uma tradição incrível, também serviu para quebrar uma posição muito forte dos bancos americanos, que era a de que o governo não devia se meter com banco.

JBr — Isso era coisa de Brasil e país subdesenvolvido.

Vilar de Queiroz — Isso era a filosofia deles: o governo não pode jamais se meter com os bancos. Hoje, isso foi quebrado pela intervenção do Federal Reserve americano para salvar o Continental Illinois. E a ameaça de que a Argentina não pague e a Manufactures Hannover pudesse cair, e talvez até o Chase ser abalado, fez com que, hoje, os grandes bancos aceitem a ingerência do seu governo, que socorreu o Continental Illinois e socorrerá qualquer um que for atingido pelo não-pagamento dos países devedores.

JBr — Na verdade, o governo americano já tinha se intrometido, e muito, nas discussões dos bancos com o Brasil.

Vilar de Queiroz — Tinha... Mas havia um respeito a esse princípio dos próprios bancos. Hoje em dia, os bancos perderam a virgindade nesse ponto, eles sabem que o governo entrou e o preço é de que não será o que os bancos querem, mas será o que convém também aos governos dos países credores. Então, os governos vão dizer aos bancos, agora com muito mais razão: "Vocês têm que se comportar de uma maneira diferente em relação aos grandes países devedores, sobretudo aqueles que são sérios no seu esforço próprio de ajustamento. O México está fazendo um esforço terrível de ajustamento, a Turquia, o Brasil, esses países merecem um tratamento especial de vocês. Por que? Porque não é possível continuar como está, todo o sistema financeiro internacional pode ser abalado por uma ruptura de uma Argentina e, sobretudo, do Brasil e do México — e esses países já estão pagando um preço social absurdo, pelos ajustamentos internos que estão fazendo. Então, vamos começar a mudar as condições". E por isso que eu digo; já há condições objetivas, das partes dos credores e da parte dos devedores como nós, que executamos um programa terrível de ajustamento, para que agora você vá à mesa de negociação e faça a limpeza total por muitos anos do problema da dívida externa brasileira. Isso são as condições objetivas.

JBr — Como o caso da Polônia afetou esse panorama?

Vila de Queiroz — Isso, certamente, correu para uma posição bem mais compreensiva, hoje em dia, dos países credores. Realmente, eles fizeram esforço com a Polônia, havia motivos políticos envolvidos. Mas há muito mais motivos políticos para consertar a situação dos países devedores do lado de cá. Isso, significa o seguinte: há uma perspectiva muito boa de negociação da dívida, já para este ano, mas é preciso que

haja firmeza da nossa parte e, sobretudo, que o governo brasileiro procure ir aos pontos fundamentais que corrijam a situação. Por exemplo, o principal na renegociação da dívida não é problema de você reescalonar os prazos, você pegar uma dívida que vence esse ano ou daqui a três anos, e jogar para nove, quinze anos, todos vão concordar com isso. O problema, o drama, para o qual não há fórmulas, ainda, é o problema do serviço da dívida — é o peso do serviço da dívida que é grave.

Se eu rescalonar a minha dívida, mas não diminuir os encargos — os juros — ela vai crescendo exponencialmente. Por mais que eu tenha alívio de não-pagamento do principal ou de juros durante um período, eu vou acumulando uma dívida incalculável. A dívida brasileira vai para a lua. Então, é preciso que na, negociação, o ponto fundamental seja como reduzir o serviço da dívida, ou seja, como reduzir o encargo, o peso da dívida, que é dado sobretudo pela taxa de juros. Mesmo que eu consiga aliviar o serviço da minha dívida nesses próximos anos ou, através da capitalização de juros (eu não pago e aquilo se torna dívida principal) ou através de novos empréstimos para pagar a eles o serviço da dívida, eu estou aumentando a minha dívida enormemente. Aquilo que estava crescendo a 26% ao ano, vai crescendo mais ainda e os países devedores não terão nunca perspectiva de pagar a sua dívida. Então, é preciso baixar, encontrar uma fórmula técnica e política de baixar os encargos da dívida, ou seja, baixar as taxas de juros em última análise. Há fórmulas diferentes já em estudo, há uma fórmula de você fixar uma taxa de juros real, pouco acima da inflação dos países ricos e, além daquilo, o país tomador não pagaria juros adicionais. Quer dizer — em vez da taxa de juros, hoje, de 12,5% no mercado, eu só pagaria uma taxa de juros, positiva, quer dizer real, de 7%.

JBr — Como encara a chamada capitalização da dívida?

Vilar de Queiroz — Há um terceiro ponto importante, aliás, já bem levantado por um dos presidentes, que é o de o Brasil tentar reduzir o montante atual da sua dívida, transformando uma parte dela. Nós sabemos que uma parte dessas dívidas é para empresas estrangeiras que estão no Brasil. É possível se estudar uma transformação da dívida em investimento, portanto, em capital de risco, e você diminui o total da dívida, diminui o serviço da dívida, etc, etc. Nem tudo é transformável em capital de risco, mas pode se tentar uma boa parte. Agora, quando eu disse que há condições psicológicas e políticas, hoje, para renegociar, mesmo da parte dos credores, é que todo mundo sabe que o mundo só sai dessa enrascada da dívida externa, dependendo de duas coisas: ajustamento dos países devedores — está certo, mas até um certo ponto — mas, sobretudo, condições de ajustamento por parte dos países credores, sem os quais nós nunca conseguiremos reverter a posição, o que seria o acesso a seus mercados, não haver mais recessão nos países industrializados, etc, etc. Não praticar políticas monetárias que elevem os juros escandalosamente, pesando sobre nós. Quer dizer, eles também têm sua parte muito importante. Se eles não fizerem, nós não podemos resolver sozinhos.

JBr — Como encara esta união de forças do Ministério das Relações Exteriores com as autoridades econômicas e monetárias?

Vilar de Queiroz — Eu considero muito positiva, porque completa este quadro de argumentação política e técnica que é absolutamente necessário, uma vez que você não só discute a dívida com os bancos, mas também tem que envolver os governos, e você não só leva em conta fatores econômicos, mas também políticos. Eu acho que é uma perfeita simbiose na posição governamental, é uma boa aliança que já devia estar funcionando, em que o Ministério das Relações Exteriores dá um tremendo apoio e este apelo à conscientização dos países ricos, que certamente vai se refletir positivamente. Hoje em dia, cada vez mais, a posição dos governos vai ser determinante.